



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS

4º CONSELHO CONSULTIVO

MALANJE, 25 E 26 DE AGOSTO 2014

COMUNICADO FINAL

Teve lugar na Província de Malanje, Município de Malanje, nos dias 25 e 26 de Agosto de 2014, o 4.º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas sob o lema “*Energia e Águas Charneira do Desenvolvimento Socioeconómico Nacional*”

O evento foi presidido por Sua Excelência Senhor Ministro da Energia e Águas, Eng.º João Baptista Borges e contou com a presença do Excelentíssimo Senhor Vice-governador da Província de Malanje para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Arquitecto Gabriel Pontes, em representação de Sua Excelência Senhor Governador Provincial e Exmos. Senhores Secretários de Estado das Águas Eng.º Luís Filipe da Silva e da Energia Eng.º Joaquim Ventura, responsáveis do Sector, delegados das Direcções Provinciais de Energia e Águas das 18 Províncias do país.

Foram igualmente convidados os ministérios dos Petróleos, Ambiente, Agricultura, Construção e Habitação. Participaram também empresas do sector privado.

No discurso de boas vindas, o Arquitecto Gabriel Pontes, Vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas, em representação de Sua Excelência Sr. Governador da Província de Malanje, desejou a todos boa estadia nas terras da palanca negra gigante, realçando de forma satisfatória o desenvolvimento dos projectos em implementação na província, com destaque para o aumento da potência disponível que passou de 16 MW para 25 MW, tendo beneficiado mais de 7.093 famílias.

Fez também referência a construção da nova central térmica de 19,6 MW que permitirá aumentar o acesso a energia eléctrica a mais 20.000 habitantes.

No domínio das Águas, o Vice-governador indicou que foram implementados novos projectos resultando o aumento da rede de distribuição de água de 67 km em 2009 para 120 km em 2013, que conjugado com os sistemas fontenários e as bombas manuais permitem abastecer actualmente cerca de 207.570 habitantes.

No seu discurso de abertura, Sua Excelência Senhor Ministro da Energia e Águas, enumerou as grandes metas do sector definidas no Plano Nacional de Desenvolvimento

2013 -2017, realçando o aumento da capacidade de produção de energia eléctrica em 5000 MW até 2017, referiu que se pretende ampliar até 2025 a taxa de electrificação do país para 65%.

Para o Subsector das Águas, Sua Excelência Senhor Ministro da Energia e Águas, apontou como grande desafio o aumento da taxa de cobertura de abastecimento de água potável em 100% para as capitais provinciais e 85% nas áreas rurais até finais de 2017, e o aumento da taxa de saneamento nas áreas urbanas em até 80% no mesmo período.

Ao abrigo do Programa de Reabilitação dos Sistemas de Abastecimento de Água nas 17 Capitais de Província, estão em curso obras em Menongue, Luena, Dundo, Saurimo, Sumbe, Ondjiva e Namibe, e em fase de preparação na Província do Huambo.

Em Luanda está em curso a execução do Plano de Estabilização da EPAL que visa adicionar mais de 150.000 m³ de água até ao final de 2015, bem como a execução do projecto de 750.000 ligações domiciliárias, tendo sido já aprovados os contratos para a implementação dos projectos do Bita e Quilonga Grande.

Relativamente à construção de novos sistemas de abastecimento de água a 132 sedes Municipais estão previstas a realização de 93 concursos e a adjudicação de 62 obras.

No âmbito de implementação do Programa “Água para Todos”, salientou os avanços registados no referido Programa que regista uma taxa de execução na ordem dos 58%.

No decorrer do 4º Conselho Consultivo foi feito um Balanço do grau de execução das Conclusões e Recomendações do 3º Conselho Consultivo. Os participantes consideraram positivo o grau de execução das Conclusões e Recomendações do 3º Conselho Consultivo, tendo realçado o seguinte:

- A melhoria no desempenho comercial das empresas fruto das medidas empreendidas nomeadamente, redução de perdas comerciais, instalação de contadores de pré-pagamento e aumento da facturação e cobrança;
- Maior capacidade de implementação de projectos com recursos próprios;
- O aumento do número de clientes fruto do incremento da capacidade de produção, transporte e distribuição.

De seguida deu-se início a discussão dos seguintes temas: reestruturação do sector eléctrico e relacionamentos institucionais, gestão de recursos hídricos, serviços de abastecimento de água, normalização e procedimentos de segurança, novas fontes para a produção de energia eléctrica e balanço das actividades desenvolvidas pelas Direcções Provinciais de Energia e Águas.

No domínio da reestruturação:

- ✓ O Conselho Consultivo tomou conhecimento da apreciação pela Comissão Económica do Conselho de Ministros a 1 de Agosto de 2014, da constituição das novas empresas ao abrigo do Programa de Transformação do Sector Eléctrico em curso, com destaque para a criação da Empresa Pública de Produção – PRODEL dedicada a produção de energia eléctrica, a Empresa Rede Nacional de Transporte RNT dedicada a transporte de energia eléctrica e a Empresa Nacional de Distribuição ENDE dedicada a distribuição de energia eléctrica, e do financiamento, contemplando a antecipação dos subsídios a preços em 2 meses e da manutenção do subsídio operacional à produção;
- ✓ Os Membros do Conselho Consultivo foram igualmente informados sobre o estado da alocação de recursos humanos, tendo tido a garantia dos postos de trabalho dos actuais funcionários das empresas a serem extintas, bem como a manutenção das suas condições remuneratórias;
- ✓ Os participantes tomaram conhecimentos que os direitos, as obrigações e posições contratuais das actuais empresas serão transferidos para as novas empresas de acordo com o segmento de actividade;

No domínio das Águas:

- ✓ Quanto ao Subsector das Águas concluiu-se que deverá ser assegurado o adequado suporte orçamental para contratação dos serviços de consultoria no âmbito das acções concorrentes para estruturação do Subsector das águas;
- ✓ Deverá levar-se a cabo um conjunto de acções abrangentes para reestruturação da EPAL-E.P;
- ✓ Dar continuidade as acções de estruturação do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos (INRH);
- ✓ Identificar os diferentes modelos de gestão de sistemas de abastecimento de água tendo como finalidade a adopção de uma arquitectura organizacional do Subsector das Águas devidamente estruturada. É importante assegurar modelos de gestão realistas, eficientes e conducentes a operação sustentável dos sistemas de abastecimento de água em todo território nacional, com articulação entre os serviços centrais, provinciais e municipais.

No domínio de projectos:

- ✓ Esta a ser elaborado estudos de viabilidade relativamente a transferência de caudais das Bacias Hidrográficas do Cubango e Cunene para a Bacia Hidroeléctrica do Cuvelai que terão a sua conclusão em Dezembro de 2014;

- ✓ Serão desenvolvidas acções de curto prazo nomeadamente, furos e pequenos sistemas de águas;
- ✓ Para mitigar o fenómeno da seca vão continuar a ser elaborados estudos de viabilidade que permitirão a construção de barragens de retenção;
- ✓ Foi dado a conhecer o estado de implementação dos instrumentos relevantes para os estudos de transferências de caudais, designadamente, o Plano de Gestão Integrado dos Recursos Hídricos da Bacia do Cunene que está em fase de actualização, o Plano de Gestão Integrado dos Recursos Hídricos da Bacia do Cuvelai já concluído e o Plano de Gestão Integrado dos Recursos Hídricos da Bacia do Cubango em conclusão;
- ✓ A nível da Bacia Hidrográfica do Cunene, devem ser tidas em consideração a construção das barragens de Jamba ya Oma, Jamba ya Mina e Cova do Leão, para garantir maior regularização do caudal dada a necessidade de adoptar a transferência de caudais intra-bacias hidrográficas, como uma medida estruturante para segurança hídrica das regiões mais carentes, em termos de necessidade de água;
- ✓ É necessário que sejam tomadas medidas de mitigação da seca com a construção de barragens, furos, transferência de caudais e sistemas de irrigação;
- ✓ Foi igualmente dada ênfase ao processo da normalização que vai permitir um melhor enquadramento para o exercício profissional na elaboração de projectos, prestação de serviços, fornecimentos e execução de empreitadas;
- ✓ As normas permitem melhorar a adequação de produtos, processo e serviços, traduzindo-se numa economia eficiente reduzindo custos e desperdícios;
- ✓ Há necessidade de dotar a entidade reguladora de competências que permitam desempenhar de forma cabal o seu papel;
- ✓ Rever as regras actuais necessárias ao processo de atribuição das concessões e licenças, por forma a adequá-las ao novo enquadramento político e social do País;
- ✓ Com base na Estratégia e Política de Segurança Energética está em fase de elaboração o projecto Angola Energia 2025, em que esta a realizar um levantamento exaustivo da evolução da procura, necessidade do aumento das capacidades de produção, transporte e transformação, interligações dos sistemas incluindo o sistema Leste ao Norte assim como o sistema Norte ao Centro e posteriormente ao sistema Sul e o mapeamento dos recursos renováveis.

- ✓ Segundo os estudos em fase de elaboração, esta previsto um incremento da potência actualmente instalada de 2 GW para 9,9 GW em 2025, com um nível de redundância suficiente para garantir os anos mais secos, e dos quais espera-se que 3,2 GW sejam instalados com a participação do sector privado. A ponta máxima actual de 1,5 GW atingirá um pico de 7,2 GW no período referenciado, enquanto que o consumo per capita actual no país crescerá de 450 KWh para 1450 KWh.
- ✓ A taxa de electrificação hoje estimada em 33% deverá crescer para 60% em 2025. A implementação de projectos de capital intensivo terá um peso substancial no crescimento da procura de electricidade prevendo-se em particular um incremento do peso do consumo da indústria de 8% para 25% até 2025.
- ✓ Para as energias renováveis preve-se a implementação de projectos com uma capacidade de 800 MW com destaque para a biomassa com 500 MW, energia solar com 100 MW, energia eólica com 100 MW e Mini hídricas com uma capacidade total a instalar 100 MW;
- ✓ Quanto as linhas de transporte, dos actuais 2850 km de linhas, prevê-se um aumento para 15600 km até 2025 em linhas de 60 KV, 220 KV e 400 KV.
- ✓ Foi dada ênfase ao papel que deverá jogar a componente do gás natural para a produção de energia, como o do ciclo combinado do Soyo, e a exploração racional do potencial hidroeléctrico existente no país estimado em cerca de 18000 MW. Desde modo, conseguiremos reduzir substancialmente os custos de produção de energia eléctrica com a diversificação da matriz energética;
- ✓ Finalmente, para implementação do projecto Angola Energia 2025, preve-se a necessidade de investimentos na ordem de vinte mil milhões de dólares no período entre 2017 e 2025. O investimento privado será fundamental para a concretização de projectos.
- ✓ É igualmente necessário o estabelecimento de políticas para a promoção e implementação das energias renováveis em Angola.

Durante o Conselho Consultivo foram feitas as seguintes recomendações:

- ✓ Criar mecanismos legislativos e regulatórios para incentivar a participação do sector privado nos segmentos de produção e distribuição;
- ✓ Prosseguir com a elaboração dos Planos Gerais de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, para se reconfirmar o potencial hídrico do País;
- ✓ Acelerar a reposição da rede hidrométrica tendo em consideração um melhor controlo do comportamento do Sistema Fluvial do País;

- ✓ A necessidade da notificação dos países cuja gestão integrada das bacias Hidrográficas são do âmbito transfronteiriço;
- ✓ O País deve estar munido de recursos humanos e ferramentas que permitam antever a ocorrência de secas e criar soluções estruturantes de combate a seca;
- ✓ Dar continuidade ao projecto de formação técnica no domínio da qualidade da água para o consumo humano, bem como desencadear os procedimentos atinentes a elaboração dos regulamentos a nível nacional sobre qualidade da água para consumo humano;
- ✓ Implementar os modelos organizacionais para aperfeiçoar os serviços de cobrança do consumo de água, sobretudo nas cidades capitais de Província;
- ✓ Recomendar aos Governos provinciais a adopção de cobertura orçamental para que seja assegurada a sustentabilidade operacional dos pequenos sistemas de abastecimento de água e dos laboratórios regionais de qualidade de água;
- ✓ Desenvolver um adequado conjunto de recomendações técnicas de adopção obrigatória nos projectos e redimensionamento de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais;
- ✓ Criar um cadastro caracterizador do universo nacional de sistemas de drenagem e tratamento de água residuais, e dar continuidade a actualização dos planos directores de abastecimento de água e saneamento das principais aglomerações populacionais do território nacional;
- ✓ Estruturar, aprovar e publicar normas angolanas, baseada nas melhores práticas internacionalmente aceites e de uso pelas entidades produtoras e distribuidoras do sector;
- ✓ As normas técnicas e respectivas especificações técnicas devem periodicamente ser revistas;
- ✓ Criar equipas de trabalho no sector para elaboração de contratos tipos e projectos tipos, nas diversas especialidades e normalização e padronização dos materiais e equipamentos no sector da Energia e Águas, devendo avaliar e aprovar todas as peças técnicas do concurso e do projecto da obra antes da sua execução de forma a colmatar as lacunas que têm vindo a ser observadas;
- ✓ No processo de revisão da Lei Geral da Electricidade devem ser feitas consultas públicas, de modo a satisfazer as novas exigências e necessidades do mercado de electricidade;

- ✓ Rever as atribuições e competências da Entidade Reguladora, de forma a torná-la, uma entidade independente e autónoma, permitindo-lhe desempenhar as suas funções com isenção e como um verdadeiro regulador do mercado de electricidade;
- ✓ Propor a criação de um quadro de incentivos fiscais e aduaneiros para uma maior intervenção do sector privado;
- ✓ Submeter a Estratégia Nacional de Energias (ENER) a aprovação;
- ✓ Estabelecer mecanismos de implementação e de seguimento da ENER, de acordo com as necessidades de cada província;
- ✓ Assegurar o envolvimento das Direcções Provinciais de Energia e Águas nos programas e projectos de implementação de energias renováveis;
- ✓ Obter através das Direcções Provinciais as informações necessárias para o enriquecimento dos Planos do Desenvolvimento relacionados com utilização de energias renováveis;
- ✓ Criar mecanismos para o acompanhamento e monitorização das várias iniciativas sobre a implementação de Energias Renováveis, com ênfase para energia solar, formação e capacitação local;
- ✓ As Direcções Provinciais deverão providenciar com regularidade informações mensais sobre a condição da operacionalidade dos sistemas de abastecimento de água, pontos de água, balanço de infra-estrutura de abastecimento de água, reabilitações e novas construções;
- ✓ Com regularidade trimestral dar informações relativamente ao inventário geral de pequenos sistemas de água, pontos de água, furos e fontenários;
- ✓ As Direcções Provinciais deverão assegurar a permanente actualização do cadastro de infraestruturas básicas e das bases de dados da qualidade da água, taxas de cobertura, recursos humanos e indicadores de desempenho operacionais;
- ✓ Conferir celeridade a estruturação efectiva das entidades públicas e gestoras dos sistemas de abastecimento de água;
- ✓ Identificar as carências de recursos humanos de todas as Direcções Provinciais de água e desencadear os procedimentos legais para a inserção dos quadros técnicos necessários;
- ✓ Divulgar os documentos em elaboração nomeadamente, Angola Energia 2025 e o Livro azul (ENER) para a recolha de contribuições;

- ✓ Criação de mecanismos que salvaguardem os terrenos para construção ou implementação de infra-estruturas do sector da energia e águas, aprovado, em planos directores previamente discutidos de forma abrangente com todas as estruturas;

- ✓ Estruturar adequadamente os serviços técnicos tendo como finalidade a melhoria da qualidade de serviço e a correspondente remuneração da entidade provedora da energia eléctrica em Luanda.

Malanje, aos 26 de Agosto de 2014.

O Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas